

## **A PARADA LGBTQIAP+ DE BELO HORIZONTE SOB UM OLHAR FOUCAULTIANO**

**ANDRESSA CAROLINA DO NASCIMENTO NUNES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

**LUIZ ALEX SILVA SARAIVA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

Agradecimento à órgão de fomento:

Os autores agradecem à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) pela infraestrutura de pesquisa e trabalho e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo financiamento e apoio, sem os quais a realização desta pesquisa e a participação neste evento não teriam sido possíveis.

## A PARADA LGBTQIAP+ DE BELO HORIZONTE SOB UM OLHAR FOUCAULTIANO

### Introdução

Caracterizadas como marchas celebratórias e de cunho político em torno de temáticas caras ao movimento LGBTQIAP+, é possível afirmar que as “Paradas Gays”, tal como as conhecemos hoje, ganharam forma e sentido a partir da Revolta de Stonewall, ocorrida nos Estados Unidos, em 1969. Devido à atuação política das pessoas envolvidas, entre as quais se destaca a figura de Marsha P. Johnson, mulher trans e preta, esse momento se concretizou como marco histórico dos movimentos de liberação homossexual no ocidente contemporâneo, sendo comumente referenciado como marcador entre duas épocas distintas: “pré-Stonewall” e “pós-Stonewall” (ARMSTRONG; CRAGE, 2006), apesar de historiadores apontarem outros levantes homossexuais e outros momentos históricos que inspiraram a organização de ativistas LGBTQIAP+ anteriores aos levantes ocorridos em Nova Iorque.

Tal alcance e magnitude do evento podem ser constatadas na recontagem da história das “Paradas do Orgulho LGBT” ocorridas no Brasil, uma vez que “foi somente em 13 de junho de 1980 que aconteceu o que talvez possamos chamar de nosso Stonewall” (CAMARGOS, 2018, p. 422). O autor reconta que o protesto contra o delegado Richetti, que promovia e coordenava ações de “limpeza social” nas ruas que compunham o “gueto gay” da cidade de São Paulo à época da ditadura civil-militar, reuniu cerca de mil pessoas, entre ativistas dos movimentos negro, homossexual e feminista da cidade. No entanto, somente com a abertura democrática que o movimento homossexual brasileiro foi capaz de organizar um ato semelhante aos moldes do que conhecemos, hoje, como “Parada do Orgulho LGBTQIAP+”: em 28 de junho de 1996, o evento promovido pelo Grupo Corsa na Praça Roosevelt, ocorreu na cidade de São Paulo (CAMARGOS, 2018). Na esteira desse movimento, apenas dois anos depois, em 1998, a primeira “Parada do Orgulho LGBT” toma as ruas de Belo Horizonte, com a ajuda de militantes que, depois, tornar-se-iam membros do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (CELLOS-MG).

Historicamente, os movimentos sociais de luta por direitos humanos e civis marcaram presença determinante no debate político e na efetivação de políticas públicas que contemplam alguns dos segmentos mais vulneráveis da população, em particular, as minorias sexuais e de gênero. Nesse cenário, o Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (CELLOS-MG) se apresenta como uma “entidade da sociedade civil que luta pelos direitos e promoção da cidadania da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT” (CELLOS-MG, 2021). Tal organização conta com a sua sede localizada na região central de Belo Horizonte (Minas Gerais) e foi formalizada em março de 2002, segundo a breve biografia disponível no próprio *website*, a partir do movimento que reuniu um pequeno grupo de ativistas pelos direitos humanos da população LGBTQIAP+. Apresenta como seus objetivos principais a “luta contra a LGBTfobia e quaisquer formas de preconceito por orientação sexual ou por gênero”, assim como a “conscientização da população LGBT (*sic*) sobre a defesa de seus direitos fundamentais, além da formação de novos militantes” (CELLOS-MG, 2021). Atualmente, o grupo não somente cresceu em termos de estrutura – contando com o seu próprio conselho deliberativo e um cargo de presidente – mas também se expandiu em termos de atividades e capacidade de exercer pressão política nos poderes público municipal e estadual, sendo a principal organização da “Parada do Orgulho LGBTQIAP+ de Belo Horizonte”, além da organização principal por trás de importantes

projetos de saúde, lazer e bem-estar para a população LGBTQIAP+ da capital (CELLOS-MG, 2021; TAVARES; ISAYAMA, 2014).

Considerando a relevância histórica e política das marchas do orgulho LGBTQIAP+ na conquista de direitos para a população em destaque, o foco desta pesquisa se voltou para a análise do evento em si e do contexto no qual se encontra inserido. Os militantes do CELLOS se encontram intrinsecamente vinculados ao processo de realização do evento, participando de forma ativa de toda a dinâmica de organização, envolvidos na trama de relações de poder-saber que ativam e reativam os enunciados que compõem e que se vinculam ao elemento “Parada”, produzindo efeitos de poder. A ideia central desse trabalho é examinar a rede de enunciados ativados antes, durante e depois da realização do evento “Parada do Orgulho LGBTQIAP+ de Belo Horizonte” à luz de uma analítica arqueo-genealógica foucaultiana, portanto evidenciando as relações de poder-saber-resistência subjacentes nesse processo.

### **Fundamentação teórica**

Partindo de uma visão (não) ontológica e epistemológica, Foucault (1995) se debruça sobre a temática do poder, tendo elaborado discussões potentes sobre a subjetivação do sujeito, a sua produção e o lugar que ocupa numa rede complexa de relações políticas, colocando o “sujeito”, e não o “poder” como tema central de seus estudos, uma vez que seria “necessário estender as dimensões de uma definição de poder se quiséssemos usá-la ao estudar a objetivação do sujeito” (FOUCAULT, 1995, p. 232). O envolvimento dos sujeitos na rede de relações de poder-saber-verdade constitui, para este autor, um requisito para a sua produção enquanto sujeitos “de algo”, enquanto nódulos na teia de relações de poder vigente (em seus estudos, o foco se voltou para os sujeitos enquanto objetos de intervenção ao abordar temas como a loucura, as prisões, a sexualidade etc.).

Michel Foucault apresenta e discute ao longo de suas obras, em particular em “A arqueologia do saber” (2008), os elementos que conduziram suas análises. Longe de promover uma sistematização metodológica, ele propôs a utilização destes elementos como numa caixa de ferramentas da qual é possível recorrer conforme as necessidades particulares de cada investigação, como é o caso de “discurso”. Ele o considera como “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 2008, p. 132), não sendo parte de “uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história”, mas constituído de “um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência”. O discurso é entendido não como uma forma ideal ou atemporal, mas como elemento historicamente situado, assinalado em sua descontinuidade, em seus cortes e transformações, como parte de um conjunto de enunciados historicamente materializados (FOUCAULT, 2008). Enunciados, por sua vez, são conceituados de forma relacional e situada, descrevendo as suas funções em justaposição ao seu campo de atuação na analítica. Para, tanto, é preciso admitir que “qualquer série de signos, de figuras, de grafismos ou de traços – não importa qual seja sua organização ou probabilidade – é suficiente para constituir um enunciado”, mesmo que ele se encontre em um plano distinto dos elementos citados, pois “o limiar do enunciado seria o limiar da existência dos signos” (FOUCAULT, 2008, p. 95). Ainda assim, não se trata de uma redução aos signos pertencentes a uma língua, posto que não se encontram no mesmo nível de existência. Portanto, devemos apreender o enunciado, primariamente, como um “nó em uma rede”, pois, tal como ele argumenta:

Mais que um elemento entre outros, mais que um recorte demarcável em um certo nível de análise, trata-se, antes, de uma função que se exerce verticalmente, em relação às diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos, se elas

estão aí presentes ou não. O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles "fazem sentido" ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). Não há razão para espanto por não se ter podido encontrar para o enunciado critérios estruturais de unidade; é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço (FOUCAULT, 2008, p. 98).

Em outras palavras, trabalhar com o enunciado significa reconhecer a sua função enunciativa, permitindo a análise de signos variados, ao mesmo tempo em que se busca evidenciar as regras segundo as quais se sucedem ou justapõem, a fim de dizer se o que forma, ao final, possui valor de enunciado. Foucault (2008) enfatiza que o enunciado, na sua condição de função enunciativa, não pode ser investigado sem considerarmos a existência de um campo adjacente que ocupa e ao qual se encontra relacionado. Isso significa considerar, durante a análise, a questão das margens dos enunciados, uma vez que todo enunciado é composto e delineado por elas que, por sua vez, encontram-se ligadas às margens de outros enunciados. Por serem o "nó em uma rede", os enunciados exercem sua função enunciativa ao se colocarem em relação a todo um campo de objetos, ao invés de possuírem um "sentido" próprio que se destaca entre esse conjunto de signos. Isso significa dizer que a determinação de sentido, a busca de um contexto próprio ou conteúdo representativo para uma frase ou um conjunto de signos em questão se dá de forma relacional, entre as margens dos enunciados, posicionados em uma trama complexa, o que os permite alcançarem o seu valor de verdade (FOUCAULT, 2008).

"Poder", outro conceito fundamental para o autor, não é tratado como substância ou como unidade que pertence a alguém ou a alguma instituição, ou que certo ator individual ou coletivo detém em função de sua posição ou hierarquia. Para o autor, "o poder não deve ser entendido como um sistema opressivo que recaia sobre os indivíduos de cima, golpeando os indivíduos com proibições disto ou daquilo. O poder é um conjunto de relações" (FOUCAULT, 2019, p. 2). Mais do que implicar as interdições da lei ou das instituições, ou até a presença do Estado, das forças armadas, de uma situação de violência, Foucault (2019) trata o poder enquanto relações – assimétricas e estratégicas – entre sujeitos nas quais o poder seria exercido uns sobre os outros, a fim de conduzir ou influenciar condutas. Portanto, não se trata de ameaça, coação ou de violência para que o sujeito venha a agir de dada maneira. Foucault (2019) argumenta que a tentativa de guiar, ou conduzir o comportamento de outrem não pode passar por sua forma de obrigação – forçar o sujeito a fazer isto ou aquilo – pois este seria o marco zero do poder, quando cessa o campo de possibilidades de ação dos sujeitos nos quais o poder está sendo exercido e se torna uma relação de dominação de um sujeito sobre outro. Foucault (1995) tende a se referir ao exercício do poder como "relações de poder" ou "relações de força", uma vez que as partes se encontram em situações de tensionamentos, ao contrário de situações de dominação, nas quais um dos lados não teria possibilidade alguma de resistir ao comando da primeira.

Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que o "outro" (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como sujeito da ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis (FOUCAULT, 1995, p. 243).

Não se trata somente de relações de poder mas, necessariamente, da existência de “relações de poder/resistência”, uma vez que o exercício do poder no tecido social demanda a abertura de um campo de possibilidades de resistência para os sujeitos, num jogo complexo e dinâmico (FOUCAULT, 2006). Isso significa dizer que o poder não se encontra concentrado em uma estrutura ou ator social, mas espalhado na malha social de tal forma que múltiplos nódulos de poder sejam exercidos entre sujeitos numa rede complexa de jogos em que os sujeitos se encontram posicionados estrategicamente (FOUCAULT, 2006). As ligações entre poder e discurso podem ser mais bem compreendidas a partir da constatação de que Foucault (2006) procurou entender o poder e seus efeitos a partir do estudo de discursos científicos em relação à loucura, ao sistema prisional, à sexualidade e aos seus efeitos na produção de sujeitos e realidades, no que ele se refere por “relações de poder/saber”. Para Foucault (2006, p. 254), “todos esses elementos pertencem a um sistema de poder, no qual o discurso não é senão um componente religado a outros componentes, elementos de um conjunto. A análise consiste, portanto, “em descrever as ligações e relações recíprocas entre todos esses elementos”. Tais ligações produzem “efeitos de verdade”:

Produz-se verdade. Essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdade, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam. São essas relações verdade/poder, saber/poder que me preocupam (FOUCAULT, 2006, p. 229).

Salientamos que Foucault (2006, p. 232–233) conceitua “verdade” não como “uma espécie de norma geral, uma série de proposições”, mas como algo mais próximo de “um conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros”. Nesse sentido, não se trata de uma concepção unitária, mas um procedimento, uma função que permite aos sujeitos (individuais ou coletivos) pronunciarem enunciados que serão considerados verdadeiros. Logo, tem-se que Foucault (2006) se debruçou sobre as questões relacionadas à produção de verdades e como estas verdades produzidas, por sua vez, atuam por meio dos mecanismos de poder existentes sobre os sujeitos em sociedade em determinado contexto histórico.

## **Metodologia**

Este trabalho se configura como resultado parcial de tese de doutorado conduzida ao longo dos anos de 2021/2022, portanto, ainda sob restrições sociais recomendadas pelas autoridades sanitárias como resposta para o enfrentamento da pandemia da COVID-19. Isso significa que as escolhas metodológicas foram influenciadas por este cenário, traduzido nos primeiros contatos com o CELLOS-MG sendo estabelecidos por meios digitais de comunicação, como *e-mails*, aplicativos de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) e plataformas de encontros e reuniões virtuais (*Google Meets*). Considerando o objetivo central previamente apresentado, uma pesquisa do tipo qualitativa se mostrou mais adequada, sendo baseada em pesquisa documental (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009) nos arquivos físicos e digitais da organização e a condução de entrevistas semiestruturadas com os membros voluntários e atuantes no corpo diretivo do CELLOS-MG.

Nesse processo, foi acordado o acesso à sede, a realização de entrevistas com os membros do corpo diretivo e o acesso ao acervo de documentos e ofícios da entidade, resultando nas assinaturas dos termos de Autorização de Pesquisa e de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD) de forma responsável, conforme preconizado pela Resolução n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde para Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. À assinatura dos termos se somaram os documentos necessários ao processo de submissão do projeto de pesquisa

ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (COEP/UFMG), CAAE n.º 56875522.0.0000.5149, aprovado conforme o parecer de n.º 5.464.149. Sendo assim, consolidamos uma base documental de 368 registros fotográficos de ofícios, atas, registros de conselhos, *flyers*, material de divulgação, *e-mails*, listas de participação, entre outros documentos relacionados às atividades mantidas pela entidade.

Igualmente, foram acordadas as entrevistas com cinco dos membros ativos no conselho diretor do CELLOS-MG, responsáveis pela gestão da organização. As entrevistas foram realizadas de modo não-presencial, priorizando o método digital por aplicativo de videochamada, conforme Thunberg e Arnell (2021), após a leitura, compreensão e aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aprovado pelo COEP/UFMG. Apresentados à opção de selecionar a forma como seriam identificados na análise, os sujeitos escolheram seus respectivos nomes e posições. A gravação da entrevista em ambiente virtual foi realizada por meio de *software* de videochamada. O material foi armazenado e transcrito pela primeira autora, gerando um total de 72 páginas. Ademais, foi esclarecido aos participantes que as suas imagens não seriam utilizadas na pesquisa e, por isso, seriam armazenadas em segurança.

Por fim, optamos pela utilização de um conjunto de *lives* produzidas e transmitidas nos canais oficiais da instituição como mais uma fonte de dados, sendo disponibilizadas para apreciação pública no perfil do *Instagram*© (@paradabh) e no canal do *YouTube*© (“CELLOS\_MG”) gerenciados pela entidade. Tal conjunto de *lives* abrange um período de publicação que se inicia em 17 de julho de 2021 e vai até o dia 24 de março de 2022, totalizando 10 vídeos de transmissões com duração entre uma e duas horas, que foram devidamente “baixados” dos perfis da organização e armazenados em um dispositivo USB para análise. Em seguida, foi feito o fichamento dos principais acontecimentos em cada transmissão, destacando o conteúdo abordado em cada intervalo de minutos durante as *lives*, de forma a facilitar a transcrição dos trechos mais importantes que serão utilizados na análise.

## **Análise**

No contexto de realização das “Paradas”, podemos perceber a intrincada teia de relações de poder-saber na qual movimentos pelos direitos LGBTQIAP+ se encontram atualmente inseridos. Tendo surgido como enunciado num acontecimento histórico, as revoltas de *Stonewall* fazem parte de um campo de formação discursiva e de um regime de verdade dos quais o elemento “Parada do Orgulho Gay”, ou somente “Parada”, também faz parte, tornando-se enunciados que compartilham margens, que referenciam uns aos outros e cujos efeitos de verdade são produzidos em sua utilização, seja para resgatar um cunho político, de tensionamento, de enfrentamento e de resistência, seja para se afirmarem como corpos e existências que resistem na sociedade atual. A análise do material sugere, em primeiro lugar, que a “Parada” funciona como um enunciado em si mesmo, do qual os indivíduos envolvidos ou participantes do evento se dispõem não somente para constituir, mas também para participar da trama de poder-resistência na qual estão inseridos, ocupando diferentes posicionamentos de sujeitos (FOUCAULT, 2008; 2006).

Uma das formas utilizadas pelos sujeitos para ativarem este enunciado está diretamente relacionada ao grande número de participantes atraídos para a “Parada” todos os anos, à possibilidade desses sujeitos encontrarem ecos de suas demandas entre outros sujeitos pertencentes ao mesmo grupo vulnerável e à possibilidade de se engajarem em um movimento social para que elas sejam atendidas. Em nota divulgada anteriormente à realização da última edição do evento, na “24ª Parada do Orgulho LGBT” de 2023, a Prefeitura de Belo Horizonte (2023) estimou o comparecimento de cerca de 200 mil pessoas ao ato que percorreu as principais ruas do centro da cidade. Em termos comparativos, esse número equivale a

aproximadamente 10% da população total residente da capital, segundo dados do IBGE (2022), tornando a “Parada” um evento bastante expressivo para a cidade em termos de público. Esse número se torna ainda mais relevante quando utilizado para efeitos de poder, pois representa uma grande parcela da população da cidade comparando a um ato que, além de cultural, também é político.

A Parada de Belo Horizonte é denominada a 3ª maior parada do país, seguidas aí de Rio e São Paulo. Então essa credibilidade [...] veio crescendo muito nesses últimos anos, tanto que eu lembro que no começo nós tínhamos aí uma perspectiva de 30 mil pessoas, 40 mil pessoas e hoje a nossa perspectiva já não é menor do que 200 mil pessoas nas ruas de Belo Horizonte no dia da Parada. (Cleiton, presidente da gestão 2021/2022 do CELLOS-MG)

Tal fator descritivo do enunciado “Parada” é evocado justamente pela posição de sujeito do então presidente da organização, responsável pela viabilização do evento, de modo a enfatizar a importância e o alcance do ato como espaço de manifestação política e cultural. Na sua fala, o presidente enfatiza a ordem de importância da Parada e o seu lugar entre os movimentos nacionais, de forma a exaltar o movimento e o trabalho feito pela organização para atrair cada vez mais participantes e cada vez mais atenção para as pautas que são levantadas durante o evento. Podemos perceber, ao longo das entrevistas, como tanto o número expressivo de indivíduos atraídos para as ruas e a oportunidade de obter grande visibilidade para as pautas defendidas foram elementos acionados pelo sujeito “Cleiton” para compor e sustentar o enunciado “Parada”, ao recontarem a trajetória única que os levaram a conhecer e fazer parte do CELLOS. Nesse jogo de poder, não espanta que a “Parada” seja uma referência, um tipo de evento que cumpre o papel de um “despertar” político para que os sujeitos participantes abracem as pautas levantadas pelo movimento LGBTQIAP+ e se juntem a uma organização que tem por objetivo a luta por direitos e cidadania para a comunidade à qual pertencem.

Em segundo lugar, argumentamos como a possibilidade de ocupação de determinados espaços na cidade, em determinada temporalidade, por uma massa de corpos que demandam mudanças políticas, direitos e cidadania, caracteriza-se como um dos elementos que compõem o enunciado “Parada”.

A Parada é um fenômeno! Mas a gente tem que lembrar que por trás de toda cor, da alegria, dos shows, que é o que, muitas vezes, caracteriza a nossa luta – que é o momento, que é o marco que nós estamos reafirmando nossos direitos e queremos que, cada vez mais, isso aconteça. A gente está morrendo de saudades de ocupar as ruas, a gente espera que, em breve, com responsabilidade, nós possamos estar levando nossas cores, nossas vivências, nossas lutas, para ocupar a cidade e mostrar que LGBT não é só na luz da noite, que a gente também tem que sair à luz do dia. Que LGBT também vota, que LGBT paga imposto, LGBT é médico, LGBT é professor, nós estamos inseridos em todo lugar da sociedade. Então eu agradeço imensamente ao CELLOS sempre por essa relação – sou cellista com orgulho! Quando eu tiver disponibilidade de estar presente com o meu corpo, podendo atuar com a minha luta, com a minha arte, podem contar comigo, porque eu acredito que nós temos responsabilidade de transformação social. E lutar para aqueles mais vulneráveis, que muitas vezes tem os seus direitos negados. [...] Justiny em breve a gente vai se encontrar! Para a gente poder encher esse evento, esse palco de *drag queen*, onde mais nos couber, porque nós que vamos escolher os espaços que vamos ocupar daqui para frente, tá? Um beijo! (Penélope Fontana, *drag queen*, Evento de Lançamento do Projeto Conexão das Cores – 24 de março de 2022)

Tal oportunidade de ocupar as ruas à luz do dia, como mencionado por Penélope, caracteriza-se como mais um ato de enunciação de sujeitos marginalizados da sociedade, de corpos relegados aos espaços periféricos da cidade, ou à calada da noite, por serem lidos como

abjetos e anormais, como acontece com as *drag queens* (BUTLER, 2003; 2018). A ocupação do território da cidade por um número expressivo de pessoas pode ser observada como mais um enunciado que coexiste em um mesmo campo enunciativo das Paradas, e é preciso atentar, também, para as vias ocupadas durante a realização do evento. Geralmente realizada na região central da cidade de Belo Horizonte nos domingos, de manhã até o início da noite, a “Parada” vem acumulando número de frequentadores expressivo com o passar dos anos e, por isso, ocupando cada vez mais vias públicas para a sua realização. Prova disso são os registros dos participantes presentes nos marcos territoriais da cidade durante a “Parada” de 2018, como a região do obelisco da Praça Sete de Setembro, marco zero do hipercentro de Belo Horizonte, situado no cruzamento de duas grandes avenidas: a Av. Amazonas e a Av. Afonso Pena, conforme a figura 1.

**Figura 1: Praça Sete de Setembro durante a Parada do Orgulho LGBTQIAP+ de 2018**



Fonte: Henrique Coelho/Redação Bhaz (2018).

Igualmente, podemos observar a ocupação de outro marco do centro de Belo Horizonte, demonstrado pela escolha recorrente do ponto de partida da marcha na Praça Rui Barbosa, mais conhecida como “Praça da Estação”. Este termo foi cunhado para o local por estar situada em frente à “Estação Central de Belo Horizonte”, lugar do primeiro relógio público e da primeira estação ferroviária da cidade, inaugurada em 1895 e que interligava a capital às cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória, entre outras localidades (PORTAL CBTU BELO HORIZONTE, 2024).

**Figura 2: Concentração da Parada do Orgulho LGBTQIAP+ 2018 na Praça da Estação**



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte/PBH (2018).

A composição e o enquadramento das fotografias demonstram a intenção de capturar, em um ângulo amplo, a multidão presente nos locais mencionados, enfatizando o “mar de gente” que se estende para além do campo de visão da fotografia. Quando utilizados como enunciados, os efeitos de verdade produzidos por essas fotografias estão relacionados à demonstração de potência de um ato que reúne tantas pessoas que se torna impossível identificá-las individualmente nas imagens e, o que impossibilita ignorar os motivos que as levaram até ali.

A questão do “corpo” aparece como elemento fundamental nas enunciações dos sujeitos, uma vez que no trecho citado, Penélope demonstra os pontos de contato entre as margens de enunciados que fazem parte do mesmo campo de coexistência da “Parada”: a ocupação territorial e presença de corpos considerados abjetos nas ruas, ambos elementos presentes em uma mesma enunciação partindo do sujeito *drag queen*, cujos efeitos de verdade se manifestam no movimento de visibilização desses corpos, em sua maioria marginalizados pela sociedade (FOUCAULT, 2008; BUTLER, 2003). De acordo com Foucault (2008), um enunciado pode ser composto por outros elementos além do texto e da escrita, tornando possível que corpos, acessórios, vestimentas e gestos possam ser considerados como elementos do enunciado. Por isso, a presença de indivíduos na Parada adornados com as cores características da bandeira LGBTQIAP+, com os acessórios de couro da comunidade *leather*, com as vestimentas extravagantes das *drag queens*, e engajados em atos de expressão afetiva ao expressarem sua afetividade com seus(suas) parceiros(as) do mesmo gênero, pode ser considerado parte do enunciado “corpo”, tendo a “Parada” como momento de sua enunciação.

**Figura 3: Drag queens na 24ª Parada do Orgulho LGBTQIAP+ de Belo Horizonte**



**Fonte:** Jô Andrade e Rodrigo Salgado/G1 Minas (2023).

Na figura 3, as *drag queens* retratadas visibilizam seus corpos durante a “Parada”: suas vestimentas, acessórios e maquiagem, extravagantes e femininas, contrapõem-se à imagem e ao espectro inteligível de leitura do que é considerado socialmente “normal” para um homem cisgênero. De acordo com Butler (2003), há uma expectativa de alinhamento coerente entre os signos que compõem os corpos na matriz heterossexual, sendo aos “homens” reservada a leitura normativa de um aparelho biofisiológico masculino acompanhado de vestimentas também indicadas como masculinas. Quando há uma quebra dessa norma, os corpos resultantes são automaticamente excluídos da leitura normativa realizada em sociedade, tornando-se “abjetos”, “anormais”, “fora da regra” e, portanto, excluídos do convívio nos mesmos espaços destinados aos corpos “normais”, à luz do dia, em vias públicas. A presença de *drag queens*, de homens e mulheres trans e travestis, corpos que desviam das normas de gênero, nas vias públicas ocupadas pela marcha da “Parada”, é, em si, uma forma de enunciação desses sujeitos, que

afirmam as suas existências simplesmente se expõem ocupando aquele lugar. Por isso, também, que a enunciação de Penélope, enquanto *drag queen* – “para a gente poder encher esse evento, esse palco de *drag queen*, onde mais nos couber, porque nós que vamos escolher os espaços que vamos ocupar daqui para frente, tá?” – encaixa-se nos jogos de poder-resistência nos quais os sujeitos frequentadores da Parada estão inseridos, em busca da aceitação dos seus corpos, da ocupação de outros lugares para além do momento da marcha (FOUCAULT, 1995).

Para além do recorte de gênero, outros corpos LGBTQIAP+ e suas expressões são reconhecidos, visibilizados e celebrados durante o evento da Parada. Exemplo disso se encontra na fala de Álvaro, ao reconhecer outras existências presentes e participantes no momento da Parada:

Então, a gente praticamente não aproveita, mas a gente tem um grande prazer – eu, Azilton e [membro do CELLOS-MG], posso dizer em nomes de nós três – um grande prazer de ter contribuído para esse evento de visibilidade cultural em Belo Horizonte e Minas Gerais. De ter trazido à tona as discussões da parada, do tema da parada, de ter mobilizado os esforços para aglutinar esses serviços, esses equipamentos, para poder possibilitar aquele mar de gente na rua. De possibilitar que cheguem pessoas do interior e falem “lá na cidade eu não posso nem dizer que sou gay, mas aqui eu posso beijar na boca”. Então, quando a gente vê essas manifestações- que vê aquelas senhoras, aquelas avós levando os seus netinhos, as famílias levando seus filhos, ou indo com suas filhas, ou indo mesmo para poder conhecer – isso nos agrada muito. (Álvaro, tesoureiro da gestão 2021/2022 do CELLOS-MG)

Neste trecho, o sujeito destaca as existências de indivíduos cujas sexualidades se encontram fora do padrão heteronormativo, podendo se tratar de indivíduos que se identificam como homossexuais, bissexuais, pansexuais, assexuais e, também, famílias compostas por casais LGBTQIAP+ ou em que um ou mais membros pertencem à comunidade LGBTQIAP+. Quando se trata do recorte acerca da sexualidade, as inscrições corporais que marcam estes indivíduos podem ser de ordem mais sutil, como gestos, tom de voz e postura corporal, ou se manifestar ocasionalmente, quando estes indivíduos se encontram acompanhados de seus(suas) parceiros(as) trocando gestos afetivos. Segundo Butler (2003), a sexualidade faz parte das categorias em alinhamento na “ficção fundante” da matriz heterossexual hegemônica, o que determina a leitura da forma aceitável, normativa de expressão do afeto/desejo de cada um. Assim, são lidos como “coerentes” e “dentro” da norma os indivíduos que expressam o alinhamento cisgênero e heterossexual, e fadados à exclusão todos os demais. Ao mencionar, por exemplo, os sujeitos LGBTQIAP+ moradores do interior do estado – “lá na cidade eu não posso nem dizer que sou gay, mas aqui eu posso beijar na boca” – Álvaro, na posição de sujeito de membro do CELLOS e responsável direto pela organização da “Parada”, não somente reconhece suas existências e suas opressões, como afirma a Parada como lugar de liberdade e resistência para visibilizar seus afetos e suas vivências.

Por último, faz-se necessário abordar o evento da “Parada” por outra perspectiva, ao deslocarmos o foco do seu funcionamento enquanto enunciado, em direção a um olhar para o evento enquanto alvo de intervenção em uma complexa trama de relações de poder-resistência envolvendo a entidade organizadora, entes privados, o poder público e as forças de segurança do Estado antes, durante e depois da realização do evento. A fim de lograr este objetivo, partimos do relato a respeito do extenso período de negociações que precede a realização da Parada em um único dia durante, usualmente, o mês de junho na capital:

Quando você está organizando a Parada, a diretoria elege uma comissão organizadora da Parada. As últimas paradas tiveram uma atuação eu, o Azilton e o [membro do CELLOS]. E nisso a gente desenvolveu uma *expertise*. Eu entrei muito mais nessa questão, por ser tesoureiro, de fazer as negociações, de conversar, de ver como os

recursos entram, de como a gente presta contas, como é que a gente informa, como é que a gente registra essa entrada, como é que a gente emite o recibo dessa entrada desses recursos que estão envolvidos. Então, a gente tem- o nosso principal parceiro é a Prefeitura de Belo Horizonte. A prefeitura arca com mais de 80% dos recursos da Parada. Nessa organização dos recursos, nós não pedimos, por exemplo, nós não fazemos um convênio para a prefeitura passar, tipo, 10 reais para o CELLOS para o CELLOS fazer e comprar o que precisa. Normalmente o nosso convênio é de serviços. A gente quando faz o convênio com a prefeitura, a gente pede o quê? A gente pede o palco, a gente pede o banheiro químico, a gente pede a legalização junto ao poder público, tanto estadual, quanto municipal, a gente tem que fazer um plano junto ao Corpo de Bombeiros, tem que ter recursos... Então, a prefeitura nos oferece o serviço. O serviço. A gente não pede dinheiro. E isso, também, são com os parceiros privados. Então quando eu tenho com o parceiro – uma parceria com uma entidade de direito privado – então eu vou pedir lá um telão para essa parceria. Em troca a gente vai divulgar o nome deles, a *logo* deles, em troca, no nosso *site*. Com outro, eu vou pedir, por exemplo, as grades, porque quando você faz a Parada você tem que gradear a Praça Rui Barbosa, que é aquela ali que fica em frente à Praça da Estação, tem que gradear toda a Praça Raul Soares, que é onde a gente tem terminado as Paradas. Então todo o recurso, quando a gente faz, a gente não recebe – a gente não faz – não pede dinheiro. A gente não pede o recurso financeiro, a gente pede o serviço. [...] E aí o [membro do CELLOS] tem um papel muito grande nessa questão de organização dos artistas. E o Azilton tem essa habilidade, dessa ação com a imprensa, com os órgãos de comunicação, com os parceiros, com a prefeitura... E aí a gente formou um trio que a gente tem uma identidade muito grande de trabalho e que a gente logrou muito êxito nas últimas edições da nossa parada. Então, é assim que a gente faz essa parada, discutindo... E como nossa parada já tem uma certa visibilidade nacional – ela, hoje, ela tem mais facilidade de a gente conseguir parceiros que venham contribuir com um telão, um banheiro químico, com um palco, com um som, com um fundo de palco, com cartazes, com *banner*, com camisetas. Há uns anos atrás, a gente não tinha tanto isso. (Álvaro, tesoureiro da gestão 2021/2022 do CELLOS-MG)

Nesse trecho podemos perceber que Álvaro, na posição de tesoureiro do CELLOS, revela fazer parte da comissão responsável pela “Parada”, que conta somente com três membros da organização, ao mesmo tempo em que descreve o processo de negociação com entidades privadas, o poder público e as forças de segurança, evidenciando o que é requisitado de cada parte a fim de viabilizar a estrutura do evento. Primeiramente, ao destacar o método de captação de recursos no formato de serviços, Álvaro enfatiza o caráter não lucrativo da organização, ao mesmo tempo que firma a relação da entidade com os parceiros privados no campo de troca de serviços, ao invés do estabelecimento de uma relação comercial. Este movimento desobriga a entidade de lidar com valores monetários e, conseqüentemente, da prestação de contas desses valores. Ao mesmo tempo, permite um movimento de resistência em relação às condições que podem ser exigidas pelos parceiros privados, ao colocar no plano dos serviços toda a negociação acerca da estrutura, conforme enfatizado pelos próprios membros da entidade.

E as Paradas, que é um polo de muita visibilidade, né? Principalmente para as empresas. Mas a gente deixa muito claro que nós não recebemos nenhum tipo de verba para a realização da Parada. A gente faz a troca por serviços, por exemplo, nós tivemos um ano, salvo engano 2019, em que nós fizemos a recusa de um valor de aproximadamente 200 mil reais da Uber, porque eles queriam fechar o evento e simplesmente nós não aceitamos. Por quê? A Parada de Belo Horizonte ainda é uma das poucas paradas do país que tem cunho especificamente político. Nosso viés – ele é político, nossa luta é política. Não é um movimento qualquer simplesmente para poder dar “close”, para poder aparecer. [...] E, também, esse diálogo de estar à frente e de não entregar o feito para uma empresa qualquer que acha que porque ela tem dinheiro ela pode trazer quem ela quiser e fechar o evento. E não é assim. [...] E o que nós prezamos é – o que nós colocamos para eles foi: “podemos sim fazer a parceria. O valor que vocês trariam uma artista renomada, vocês pagam para os nossos artistas

locais”. Porque tem que ter valorização de quem é de casa. É importante isso. [...] Então não aceitamos nenhum tipo de “compra” da Parada, digamos assim. É um evento, é um ato político e a gente vai fazer com o que a gente tem. Mas que a gente vai aceitar uma proposta indecente de uma empresa que se acha tão capaz assim por ter dinheiro – simplesmente pegar e infiltrar, assim, e falar “não, a gente quer assim, assim, assado”. Não. Não vai acontecer dessa forma. (Cleiton, presidente gestão 2021/2022 do CELLOS-MG)

A citação do caso envolvendo uma grande empresa de mobilidade urbana e o CELLOS, durante as negociações para a realização da “Parada” de 2019, merece atenção, uma vez que evidencia uma intensa relação de poder e resistência travada entre o movimento LGBTQIAP+, representado pelo CELLOS e pela “Parada”, que atrai muitos frequentadores, e o “mercado”, representado pelos interesses da multinacional de mobilidade urbana que vê, nesse público, um grande potencial de consumo. Tal relação pode ser visualizada por meio dos termos do contrato negociado entre as partes, uma vez que o presidente da organização cita as exigências apresentadas pela multinacional como motivo de recusa da parceria, uma vez que esta teria, entre as suas demandas, o poder de decisão sobre a escolha dos artistas levados ao palco do trio elétrico patrocinado. Considerando o patrocínio firmado entre a empresa e o CELLOS para a realização da Parada de 2018, podemos inferir que o contrato oferecido para o ano de 2019 contava com cláusulas similares a estas:

## **2. DAS OBRIGAÇÕES DA UBER**

**2.1.** Além de outras obrigações previstas neste Contrato, a Uber se obriga a:

**2.1.1.** Contratar um trio elétrico para 60 pessoas e toda a equipe operacional necessária: 1 DJ, 2 brigadistas, 10 seguranças, 30 cordeiros, 1 produtor artístico, 1 coordenador de produção e 1 assistente de produção.

**2.1.1.1.** A Uber ficará responsável pelas autorizações e licenças necessárias para viabilização do trio elétrico [...]

**2.1.1.4** A Uber é responsável pela definição e listagem e horários dos DJs em parceria com a direção artística da Parceira.

(Contrato de Promoção e Outras Avenças; Belo Horizonte, 14 de junho de 2018, p. 1-2).

No contrato citado, a empresa se coloca como responsável única pela contratação dos serviços do “produtor artístico”, do “coordenador” e do “assistente” de produção, além da listagem e dos horários de DJs (e outros artistas) a se apresentarem no trio elétrico patrocinado. Tal estrutura corresponde, basicamente, a todo pessoal artístico necessário para viabilizar o entretenimento no palco do trio elétrico reservado à empresa parceira, colocando-a como única responsável pela decisão de quem vai subir naquele trio e quais apresentações serão oferecidas ali. Conforme visto, este ponto é crucial no entendimento da relação de forças entre a organização e a empresa, dado que as apresentações artísticas disponibilizadas durante a Parada não são somente responsáveis pelo entretenimento do público mas, também, pela discussão de pautas políticas e animação dos cânticos proferidos durante os momentos de manifestação. Esse ponto é enfatizado na enunciação do presidente quando este menciona que não se trata de um evento “qualquer” para “dar *close*” (ou “se exibir”, na linguagem informal), mas um evento político e cultural. A decisão acerca de quem irá se apresentar durante o evento determina as pautas que serão discutidas e o nível do debate político proposto em cima do palco, evidenciando a relação de poder-resistência ali estabelecida, pois quem determina os artistas que estarão naquele palco determina a própria ordem do discurso, (FOUCAULT, 1999), no sentido de quem estará apto para enunciar aquela verdade que será enunciada naquele momento, de forma legítima. Não se trata, portanto, de uma mera discussão sobre patrocínio, mas efetivamente sobre quem irá controlar, determinar, o que será dito durante o evento.

Em segundo lugar, temos, ao recuperar a fala de Álvaro sobre o processo de negociação que antecede a Parada, o papel do poder público no nível municipal representado pela Prefeitura de Belo Horizonte (na figura dos órgãos competentes) e toda a relação de forças estabelecida entre este ente público (na figura de seus representantes) e o CELLOS, durante o processo de viabilização da Parada. A Prefeitura constitui o principal parceiro do CELLOS na execução do evento, não somente por conceder a maior parte dos serviços requeridos pela organização, mas, também, por ser responsável pela emissão de autorização e pela fiscalização durante a ocorrência do evento. Por esse motivo, não se trata de discutir aqui a “Prefeitura” enquanto um ator unitário e coeso nas relações de poder e resistência na qual se encontra envolvida, mas de pintar um quadro geral que possibilite compreender como certas ações desempenhadas por representantes do poder municipal se materializam enquanto efeitos de poder na execução do evento, impactando a sua viabilização de uma forma ou de outra.

[...] então, assim, é aí que a gente tem o *start* da prefeitura e um apoio maior no governo do Kalil. Não enaltecendo o governo dele- ele também tem as suas falhas- mas o Kalil foi, em quase 20 anos de história de Parada, ele foi o único prefeito que se dispôs a estar lá e colocar a sua cara à frente para poder representar o município no evento. E isso é um feito muito histórico, porque, assim, é como eu falei – muitas das vezes as pessoas querem *status*, elas querem fazer para aparecer, então, assim, o apoio – muitas vezes a gente tem algumas dificuldades, alguns atritos, também com a prefeitura, acerca de alguns equipamentos, de alguma solicitação, de demandas etc., mas, querendo ou não, ele foi um dos nossos apoiadores, um dos nossos – eu falo que um dos nossos parceiros, né? Junto à Belotur, junto à SMASAC e a outros órgãos, também, da prefeitura, que deram muito apoio – e sempre dão muito apoio à instituição. (Cleiton, presidente da gestão 2021/2022 do CELLOS)

Na posição de chefe do poder executivo de Belo Horizonte durante dois mandatos, entre janeiro de 2017 e março de 2022, o ex-prefeito Alexandre Kalil é apontado neste trecho como único líder municipal que se dispôs a apoiar e comparecer à Parada de Belo Horizonte. Tal conduta se faz notória, uma vez que as posições políticas tomadas pelo prefeito durante a sua gestão tendem a influenciar em cadeia as decisões tomadas por parte dos representantes apontados pelo prefeito para a liderança de órgãos e comissões diversas na estrutura política da prefeitura, tornando-se parte do seu plano de governo para a cidade. Como argumentado por Foucault (1999; 2008), a ocupação da função de enunciação por uma posição de sujeito legítima na ordem do discurso, neste caso, o prefeito da cidade, faz com que todo enunciado proferido adquira um valor de verdade distinto no regime de verdades ao qual essa posição de sujeito faz parte. Isso significa que, para o CELLOS, a Parada passa a fazer parte do regime de verdades que informa as decisões tomadas pelo prefeito e todos os representantes de sua gestão, colocando esta organização em uma posição favorável na trama geral de poder-resistência na qual se encontra inserida, conforme mencionado pelo presidente, ao possibilitar à organização a articulação de algumas demandas, do patrocínio à possibilidade de legitimação do evento no calendário oficial do município.

Igual ele colocou – denominou a Parada como parte do calendário oficial de Belo Horizonte, que era algo também que nós tínhamos que ficar brigando ali para acontecer. Nós nunca tínhamos uma data específica, nós nunca tínhamos feito – nunca sabíamos como ia ser, como iam acontecer as coisas. Teve ano, inclusive, da gente ter tanta dificuldade que (chegaram) a falar que a Parada não ia sair e a gente foi pra rua assim mesmo, porque a gente é desses, a gente luta, a gente resiste e fizemos acontecer. “Ah, mas a gente não vai dar recursos”, beleza, a gente vai fazer com o que a gente tem, se tiver que fazer apresentação no chão, vai fazer apresentação no chão, não precisa de um palco. A gente vai fazer acontecer o movimento. (Cleiton, presidente da gestão 2021/2022 do CELLOS-MG)

Nesse caso, a fixação da data oficial no calendário de eventos da cidade, por parte do ex-prefeito, para a ocorrência da “Parada”, é apresentada como um importante ganho para o movimento LGBTQIAP+, exemplificando a inclusão deste evento como enunciado legítimo no regime de verdades que informa os acontecimentos políticos da cidade a partir daquele momento. Tal movimento merece atenção, pois, conforme enunciado pelo presidente da organização, toda a execução da “Parada” nos anos anteriores foi cercada de conflitos e tensionamentos com o poder público municipal que, por vezes, utilizava-se de mecanismos de poder na forma da suspensão de alvarás ou de autorizações diversas, a fim de impedir a realização do evento conforme planejado. Dessa forma, a rede de tensionamentos pode ser ilustrada a partir da análise de partes da transcrição da reunião entre representantes do CELLOS, da prefeitura e do governo estadual (em seus órgãos vários) e o comando da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), que se seguiu à realização da Parada de 2015, ocorrida durante a gestão do ex-prefeito Márcio Lacerda.

Azilton [...] também diz que gostaria que o evento constasse no calendário municipal de Belo Horizonte, garantindo mais legitimidade e prioridade ao mesmo (p. 1).

[...] [membro do CELLOS] afirma que houve, pela primeira vez, apoio administrativo e político do governo do Estado, ressaltando que a questão é importante para o Governo. Diz da coletiva de imprensa que houve e reforça que o evento é um evento familiar, lutando pela não discriminação. Entende que o evento já está, ainda que não oficializado, do calendário da cidade e que mesmo sem apoio, ele continuará ocorrendo. [...] Azilton reforça a importância de inserir a Parada no calendário municipal para facilitar o planejamento (p. 2).

[...] [membro do CELLOS] informa que para os próximos eventos, a SETOP pode auxiliar o diálogo com a CBTU, também informa que sobre a falta dos banheiros químicos, revela que cada ano que passa, a PBH vem diminuindo os valores empregados na Parada e o Governo do Estado também precisou colaborar. [representante do Centro de Referência LGBT de Belo Horizonte] afirma que a PBH colaborou com recursos que estavam previstos no orçamento (p. 3).

[...] [representante do Centro de Referência LGBT de Belo Horizonte] fecha a reunião dizendo que para que a parada entre no calendário municipal, é necessário atuação do legislativo, mas o atual legislativo resiste em colocar a proposta na pauta (p. 4). (ATA DE REUNIÃO - Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais – Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais – COMOVEEC – 28 de julho de 2015 – 15:10 às 17:25)

Pelo menos parcialmente podem ser percebidos alguns dos tensionamentos entre o poder público municipal e a entidade organizadora da Parada ao longo dos anos. Fazendo uso de enunciados relativos à permanência da Parada como evento anual que atrai cada vez mais frequentadores, assim como da necessidade de melhor organização e planejamento do evento para que ocorra sem prejuízos à população e ao patrimônio da cidade, representantes do CELLOS procuraram pressionar o poder público com vistas a conseguir melhores condições de patrocínio e de estrutura. A utilização de linguagem sociojurídica faz-se presente na enunciação cujos efeitos de poder almejados sobre os representantes públicos são o enquadramento da “Parada” como direito à cidadania e ao desfrute da cidade por parte da comunidade LGBTQIAP+. os trechos selecionados permitem perceber a intrincada teia de relações de poder-saber travada ao longo dos anos entre a organização e o poder público municipal que culminaram nos ganhos relativos ao patrocínio e à legitimação do evento frente ao calendário da cidade, sendo este apenas um dos exemplos que fazem parte dessa complexa trama.

## **Considerações finais**

O objetivo que norteou este artigo foi examinar a rede de enunciados ativados antes, durante e depois da realização do evento “Parada do Orgulho LGBTQIAP+ de Belo Horizonte” à luz de uma analítica arqueo-genealógica foucaultiana, portanto evidenciando as relações de poder-saber-resistência subjacentes nesse processo. Para tanto, a partir de uma perspectiva qualitativa de investigação baseada em pesquisa documental associada a entrevistas, foi levada a cabo uma análise deste evento à luz de aportes foucaultianos. Os documentos e depoimentos evidenciaram alguns pontos dignos de registro nesta parte final do texto, relativos a: 1) um evento de grandes proporções em que 2) a cidade é ocupada por corpos abjetos que 3) expressam sua afetividade em público como forma de reiterar sua existência em um processo que 4) apresenta diversas nuances de gestão.

Situando-se em um quadro de referência de saber-poder, o uso de informações é invocado como um elemento no quadro mais amplo de consecução dos objetivos da “Parada”. Não se pode simplesmente ignorar um evento que aglutina quase 10% da população da cidade. É gente demais que está ali, deve haver um motivo para que estejam ali, e este motivo é a busca do direito de existir. Este aspecto é capaz de se apresentar como um enunciado auto evidente, capaz de mobilizar elementos simplesmente pela sua dimensão. Milhares de pessoas reunidas não são ignoráveis porque são visíveis, precisam de conforto, proteção e, em última instância, de amparo, o que leva os organizadores da “Parada” a uma posição discursiva politicamente interessante, uma vez que as necessidades materiais do evento põem em pauta as razões de sua existência. Mesmo que fosse tratado apenas como uma data no calendário de eventos da cidade, o evento em si se torna um enunciado da potência de existir para além do preconizado pela ordem social hegemônica.

Na “Parada”, a existência de corpos abjetos, que não apenas destoam do que lhes é funcionalmente destinado a serem em uma perspectiva biológico-moralista, mas ousam se mostrar em plena luz do dia, registra enunciados inscritos nas próprias corporalidades, enunciados estes que questionam hegemonias sobre seus corpos e as maneiras pelas quais são organizados e se organizam em sociedade (Rampazo *et al.*, 2022). Este é um movimento ainda mais extraordinário se em adição for observado que esses corpos não se contentam em ali se fisicamente se expor, mas exibir diversas formas de afetividade. Sua vulnerabilidade em um contexto hegemônico de apagamento de suas existências e de periferização de seus corpos, que só podem existir em guetos e horários nos quais não incomodem “a ordem” se converte em potência de luta na “Parada”, constituindo, de forma combinada, a visibilidade e a afetividade em combustíveis nos enunciados de saber-poder de desafio ao sistema posto.

Por fim, e não menos importante, principalmente por contextualizar este fenômeno em um sistema de produção capitalista, os dados inequivocamente remetem às estratégias próprias de gestão que, a rigor, viabilizam a “Parada”. Ainda que pese sobre o movimento muito sobre a memória e a necessidade de luta pela igualdade de direitos, não é incomum certa romantização que obscurece dimensões objetivas da gestão. Com isso não se quer reificar a gestão conferindo-lhe mais importância do que efetivamente possui em um sistema de relações políticas regido pela exclusão de quem ousa ser diferente. Mas, ao mesmo tempo, não se pode pensar em um evento que materialmente congrega centenas de milhares de pessoas com base apenas na fé de que ele tem de acontecer para manter a luta. Com isso queremos dizer que a luta passa também pela apropriação de aspectos técnicos da gestão, pela aproximação e negociação em torno de ferramentas próprias dos processos que viabilizam o alcance de aspectos planejados, aspectos estes que têm sido historicamente envoltos em uma aura de mistério e de conhecimento técnico típica dos movimentos de elitização próprios da universidade, dos quais a gestão é um subproduto. Saber como viabilizar a “Parada”, para além da busca pelos direitos se torna, objetivamente, um exercício político de saber-poder no sentido mais restrito do termo, porque apenas sabendo do que é feito um evento desse porte é possível mobilizar diversos aspectos do poder a ele relacionado.

## Referências

ANDRADE, J.; SALGADO, R. **Foto: Drag queens na 24ª Parada do Orgulho LGBTQIAP+ de Belo Horizonte**. “Não existimos só em uma época do ano”: Parada LGBTQIA+ reúne milhares em BH;Fotos. Belo Horizonte: Redação do G1 Minas, 2023. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/07/09/nao-existimos-so-em-uma-epoca-do-ano-parada-lgbtqia-reune-milhares-em-bh-fotos.ghtml>>.

ARMSTRONG, E. A.; CRAGE, S. M. Movements and memory: the making of the Stonewall myth. *American Sociological Review*, v. 71, p. 724-751, 2006.

BUTLER, J. “Corpos em Aliança e a Política das Ruas” In BUTLER, J. **Corpos em Aliança e a Política das Ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARGOS, M. L. O surgimento das Paradas LGBT no Brasil. In: GREEN, J. N.; QUINALLHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

CELLOS-MG. **Quem Somos**. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <<http://cellosmg.org.br/sobre/#historia>>. Acesso em: 18 de junho de 2021.

FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. (Org.). **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos IV**: Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **O Poder, os valores morais e o intelectual**. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2019, p. 01-06. Mimeogr.

IBGE. **Panorama Cidades**: Belo Horizonte, Minas Gerais. Censo IBGE, 2022. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/panorama> >

REDAÇÃO BHAZ. **Foto: Parada do Orgulho LGBT reúne 100 mil pessoas em BH**. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<https://bhaz.com.br/noticias/bh/parada-lgbt-bh-2/>>.

PORTAL CBTU BELO HORIZONTE. **A Companhia**: História. Companhia Brasileira de Trens Urbanos, CBTU, 2024. Disponível em: < <https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/a-cbtu/a-companhia/historico>>.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Foto: Parada do Orgulho LGBT**. PBH, 2018. Disponível em: < <https://prefeitura.pbh.gov.br/belotur/parada-do-orgulho-lgbt> >.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Belo Horizonte recebe a 24ª Parada do Orgulho LGBT.** Notícias, 2023. Disponível em: < <https://prefeitura.pbh.gov.br/index.php/noticias/belo-horizonte-recebe-24a-parada-do-orgulho-lgbt>>.

RAMPAZO, A. V.; SARAIVA, L. A. S.; SOUZA, E. M.; BREWIS, J.; O'SHEA, S. Rompendo hegemonias sobre corpos e organizações. **Revista de Administração de Empresas**, v. 62, n. 4, e0000-0022.

REIS, T. (Org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, 2018.

TAVARES, M. L.; ISAYAMA, H. F. Na parada do lazer: delineando as ações de lazer em ONGs LGBT de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 28, n. 4, p. 579-597, 2014.

THUNBERG, S.; ARNELL, L. Pioneering the use of technologies in qualitative research – A research review of the use of digital interviews. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 25, p. 1-12, 2021.